

MORFOLOGIA: ALGUMAS NOTAS SOBRE O CONCEITO DE MORFEMA E OS MODELOS ESTRUTURAIS DE ANÁLISE MORFÓLOGIA

Marco Antônio de Oliveira

RESUMO

Este texto procura apresentar uma orientação ao estudo do desenvolvimento da morfologia estrutural americana, desde Bloomfield (1926) até Koutsoudas (1963), focalizando principalmente a evolução do conceito de morfema. São abordados aqui os principais modelos de análise morfológica (i.e., Item e Arranjo, Item e Processo e o Método do Traço Comum), e são discutidas as suas diferenças no que se refere à segmentação, ao agrupamento e à alternância morfofonêmica.

ABSTRACT

This text is an orientation to the study of the development of American Structural Morphology, ranging from Bloomfield (1926) to Koutsoudas (1963). One of the main points of this text has to do with the notion of morpheme and the ways in which it has changed through time. Also, I present here the main models for morphological analysis (i.e., Item and Arrangement, Item and Process and the Common Feature Method) and I discuss their differences in terms of segmentation, grouping and morphophonemic alternation.

1. Introdução

Não vou apresentar, neste trabalho, uma análise de um problema morfológico específico. Minha preocupação será apenas a de apresentar uma orientação ao estudo do desenvolvimento da morfologia estrutural americana, desde Bloomfield (1926,1957)¹ até Koutsoudas (1963), focalizando principalmente a evolução do conceito de morfema. Assim sendo, este texto não deve ser entendido como uma espécie de resumo dos trabalhos aos quais ele se refere, e, portanto, não dispensa aos interessados em morfologia a leitura cuidadosa dos mesmos. Ao contrário, este texto pressupõe tais leituras. Além disso, estou supondo aqui que o leitor esteja familiarizado com a terminologia da lingüística estrutural. Portanto, não vou definir no texto conceitos básicos como *morfê*, *item* e *arranjo*, *item* e *processo*, *morfôfona* e outros.

Mesmo tentando cobrir algumas décadas de estudos em morfologia, este trabalho apresenta algumas lacunas. Não tratarei aqui, por exemplo, da Tagmêmica de Pike e da Gramática Estratificada de Sidney Lamb. Isto porque cada uma destas correntes merece um estudo independente, dada sua complexidade.

O motivo principal que me levou a escrever este texto é a falta de cursos de Morfologia em nossos programas de Pós-Graduação em Lingüística. Nos modismos importados e consumidos pela lingüística brasileira não há um nível no qual a morfologia possa ser estudada por seus próprios méritos, ou onde haja uma preocupação, por menor que seja, em se entender o que é um morfema. Isto não quer dizer que os problemas tratados anteriormente no nível morfológico não existam mais. Eles continuam existindo, mas são diluídos em outros níveis (léxico, fonologia ou sintaxe, conforme a teoria em questão). Mas o leitor atento certamente não deixará de notar que as escolas gerativistas acabaram por refazer, no que se refere à prática de análise, todo o percurso feito anteriormente pelos estruturalistas, indo de um modelo de Item e Processo, levado aos seus extremos pela Fonologia Gerativa Standard, até o modelo de Item e Arranjo, com o advento da Fonologia Gerativa Natural.

2. Algumas noções fundamentais

Para facilitar a exposição do texto é necessário definir as noções de *segmentação*, *agrupamento* e *alternância morfôfônica*.

Segmentação se refere à decomposição de formas em partes que contenham um significado. Conforme escreve Lounsbury (1953,1957:379):

The basic technique in segmenting forms is that of varying some part of the total meaning of a form while holding the remainder constant, and noting the correlated variable segments of the resulting forms as opposed to the constant portions of those forms.

Agrupamento se refere à identificação de partes semanticamente equivalentes.

Alternância Morfofonêmica se refere às diferentes configurações fonêmicas de um mesmo elemento morfológico.

Será em torno destas três noções que desenvolverei o trabalho.

3. A primeira vertente

Bloomfield (1926, 1957:27) define uma forma como sendo

...a recurrent vocal feature which has meaning.

As formas mínimas são chamadas de morfemas e o morfema é definido como sendo

...a recurrent (meaningful) form which cannot in turn be analyzed into smaller recurrent (meaningful) forms.

Aqui o morfema é, pois, uma forma que tem um significado (embora não seja definido pelo significado). Bloomfield acrescenta, na mesma página (cf. Assumption 6), que

Every form is made up wholly of phonemes.

Consequentemente, os morfemas são constituídos de fonemas. Ou, como escreve Bloomfield, os morfemas

...can thus be analyzed into a small number of meaningless phonemes. (p.28)

Em Bloomfield (1926, 1957) a alternância é tratada através de um modelo de formas alternantes. Segundo Bloomfield

In a construction a form may alternate with another form according to accompanying forms. (p. 29)

Na classificação que Bloomfield oferece para as alternâncias encontramos as seguintes distinções:

1. *Fonética*: é a alternância de um fonema com outro fonema, *according to accompanying phonemes*.
2. *Formal*: uma alternância formal pode ser ou
 - 2.1. *Automática*: quando determinada pelos fonemas de formas acompanhantes, ou
 - 2.2. *Gramatical*: uma alternância gramatical pode ser ou
 - 2.2.1. *Regular*: como, por exemplo, *//-ez; -z; -s//²* para a maioria dos plurais do inglês, ou
 - 2.2.2. *Irregular*: como, por exemplo, *//-en//*, que marca o plural em um número reduzido de casos em inglês.

No caso das alternâncias formais gramaticais, as regulares são as que ocorrem mais freqüentemente, ficando as irregulares limitadas a um número pequeno de casos. Formas supletivas seriam casos extremos de irregularidade. Bloomfield introduz também aquilo que ele chama de *elemento zero* como uma alternante possível. Este zero, convém lembrar, representa a não ocorrência de algo (*absence of sound...*; cf. Assumption 13, p. 29), e não a ocorrência de algo na forma zero.

Em 1933, com seu livro Language, muitos pontos do modelo de 1926 foram modificados. O morfema passa a ser definido tanto pela distinção fonética quanto pela semântica. Conforme escreve Bloomfield:

A linguistic form which bears no partial phonetic-semantic resemblance to any other form, is a simple form or morpheme.
(1933: 161)

Esta definição traz, em minha opinião, novas possibilidades. De acordo com o modelo de 1926 poderíamos dizer que [s], [z] e [ez], como sufixos de plural, são três morfemas: são três formas mínimas, contendo um significado. E não há nada que nos leve a agrupá-las. No entanto a abordagem de 1933 nos leva a agrupá-las: estas três formas apresentam semelhanças fonéticas e semânticas entre si. Portanto, elas devem ser agrupadas. E Bloomfield trata [-ez, -z, -s] como alternantes de uma forma presa que aparece como marca de plural da maioria dos substantivos em inglês, o que vem a ser uma grande mudança em relação ao modelo anterior.

A idéia de que um morfema se constitui de fonemas continua no modelo de 1933. Uma vez que os fonemas ocorrem uns após os outros, numa sequência linear, e uma vez que os morfemas são constituídos de fonemas, então os morfemas também ocorrem uns após os outros. Como veremos mais adiante, a partir da apreciação do tra-

balho de Zellig Harris, este é um ponto bastante problemático.

A alternância, por sua vez, passa a receber um tratamento diferente no modelo de 1933. Se no modelo anterior a alternância podia ser resolvida a nível de dicionário, no modelo de 1933 ela passa a ser tratada dentro da gramática. A gramática bloomfieldiana inclui os seguintes componentes: *ordem*, *modulação*, *modificação fonética* e *seleção*. *Ordem* se refere ao arranjo linear dos constituintes de uma forma complexa; *Modulação* se refere à prosódia; *Seleção* se refere à classificação dos constituintes e a *Modulação Fonética*, por sua vez, se refere à mudança

...in the primary phonemes of a form. (1933: 163)

Assim, quando um morfema aparece em mais de uma configuração fonética, uma das alternantes é selecionada como sendo básica, sendo as outras derivadas desta forma básica através de processos de mudança. Por exemplo, para a alternância entre [nayf] e [nayv] teríamos [nayf] como a forma básica. O plural consistiria lexicalmente de dois morfemas, compostos pelas sequências de fonemas /nayf/ e /ez/. Gramaticalmente teríamos duas modificações fonéticas: a substituição de [f] por [v] e o cancelamento da vogal em [ez]. Casos como [-ez, -z, -s] ou [nayf, nayv] representam aquilo que Bloomfield chama de *phonetic alternants*, sendo a primeira regular e a segunda irregular.

Alternâncias que possam ser descritas em termos de modificações fonéticas são alternâncias fonéticas. Mas nem todos os tipos de alternância podem ser tratados em termos de modificação fonética. Existe também o caso da supleção. Um exemplo de supleção é a alternância entre [-ez, -z, -s], por um lado, e [-n] (como em oxen, plural de ox 'boi'), por outro lado. Aqui não é possível haver uma modificação fonética levando de [-ez] (que é selecionada como a forma básica do plural regular) a [-n]. Na verdade, formas como oxen colocam alguns problemas para a análise de Bloomfield. Se não é possível derivar-se [-n] de [-ez], e se [-ez] e [-n] são o mesmo morfema, então qual seria a composição fonêmica deste morfema? Ao que parece, não há resposta para isso no modelo de Bloomfield. Além disso, no modelo de 1933 são mantidas as alternantes-zero de 1926, embora não seja nada claro como um elemento zero não possa apresentar semelhança fonético-semântica parcial com qualquer outra forma.

O modelo bloomfieldiano de 1933 apresenta ainda outras inovações. Uma delas é aquilo que Bloomfield chama de *minus feature*. Os

minus features foram introduzidos na análise da forma do masculino dos adjetivos em francês que, em alguns casos, como laid [lɛ] 'feio' vs laide [lɛd] 'feia', são derivados da forma do feminino. Neste exemplo o *minus feature* consiste da perda da consoante final da forma do feminino (cf. p. 217). Uma outra inovação é o conceito de *forma subjacente* (cf. *underlying form*, § 13.9, p.218-9).

Podemos resumir os pontos principais do modelo de 1933 assim:

1. Um morfema consiste de fonemas. Os morfemas não têm alternantes (i.e., cada morfema tem uma única composição fonêmica que pode, no entanto, ser modificada).
2. Sendo que um morfema pode aparecer em mais de uma configuração fonêmica, uma delas é básica enquanto que a(s) outra(s) é(são) derivada(s) (mas ambas não podem ser básicas). A morfofonêmica é parte da gramática.
3. Algumas construções são geralmente marcadas pela presença de um morfema (e.g. book-g). Em alguns casos uma construção não é marcada por um morfema mas por um traço gramatical (e.g. zero em fish 'peixes', *vowel change* como em feet 'pés' (sing. foot), *subtraction*, como no caso da forma do masculino de certos adjetivos do francês. Nestes casos há apenas um morfema).

O modelo de 1933 difere do de 1926 no seguinte:

1. O morfema passa a ser definido também pela distinção segmental.
2. Introduzem-se alternantes fonéticas de morfemas.
3. A alternância é tratada através de processos em vários casos (modificações fonéticas). O morfema tem apenas uma forma fonêmica, que pode ser modificada por processos gramaticais.

É interessante notar que Bloomfield abre, num dado momento, uma outra alternativa, quando trata da modificação fonética. Bloomfield escreve:

Strictly speaking, we should say that the morpheme in such cases has two (or, sometimes, more) different phonetic forms, such as net [nat] and [nt], do [dɔw] and [dow], duke and duch, and that each of these alternants appears under certain conditions. (1933: 164)

Esta afirmação estaria, certamente, bem mais próxima do modelo de 1926.

A primeira modificação substancial do modelo de 1933 surge com Harris (1942, 1957: 109-15). Harris aponta, corretamente, que, se os morfemas são compostos de fonemas, algumas vezes temos resultados indesejáveis. As formas puw 'irrigar' e u.buw 'ele irrigou', do tûbatulabal, teriam que ser consideradas como contendo morfemas diferentes caso: (a) morfemas sejam compostos de fonemas, e, (b) sequências diferentes de fonemas constituam morfemas diferentes (a sequência fonêmica /puw/ não ocorre em u.buw). Harris propõe então algumas modificações teóricas, que podem ser sumariadas assim:

1. Um morfema pode ter alternantes (*morpheme alternants*).
2. Estas alternantes devem compartilhar de um mesmo significado.
3. Um morfema é, então, um conjunto de uma ou mais alternantes que têm um mesmo significado e que estejam em distribuição complementar.

Como se pode ver, o significado passa a ser um critério para a segmentação e, juntamente com a distribuição das alternantes, para o agrupamento. Para Harris não é o morfema e sim a alternante de morfema que é composta de fonemas. A segmentação dos enunciados resultará em alternantes de morfema, e não em morfemas. Não há pois, para Harris, nenhuma relação direta entre fonemas e morfemas. Isto torna desnecessária a derivação das alternantes de uma única forma básica, uma vez que cada uma delas se compõe de fonemas e está, portanto, diretamente relacionada ao nível fonêmico.

Há ainda uma série de condições que Harris impõe à análise. Conforme escreve Harris:

In (morpheme) units consisting of more than one alternant, the total distribution of all the alternants (i.e. the combined range of environments in which each of them occurs) must equal the range of environments in which some unit with but a single alternant occurs. (p. 110)

Isto permite a Harris tratar de um mesmo modo [-ez], [-z], [-s], [-n] e outros possíveis morfemes do plural. Não se faz nenhuma distinção entre aqueles que são fonologicamente condicionados e aqueles que são morfológicamente condicionados. É evidente, portanto, que Harris privilegia os critérios distribucionais.

Mas há problemas na proposta de Harris. Um deles tem a ver com formas de plural como sheep 'carneiros' (sing. sheep). Este caso

é analisado como sendo bimorfêmico, contendo duas sequências de fonemas (uma aditiva e uma zero). O problema aqui é que é impossível dizer como é que o segundo morfe pode ser constituído de fonemas.

Em princípio a proposta de Harris é a de que a alternância seja tratada em termos de Item e Arranjo. Mas, na prática, ela contém alguns pontos que não podem ser reconhecidos como tal. Por exemplo, considere-se a análise proposta por Harris para took ('passado' de take):

In took we have two morphemes: take, and /ɛj/~/u/ 'past time'. The latter... is a combination of negative and additive sequences: dropping /ɛj/ and adding /u/. (p. 110)

Este segundo morfema é, na verdade, um processo e, como tal, se ajustaria melhor numa análise em termos de Item e Processo.

Hockett (1947, 1957: 229-42) desenvolve um pouco mais a teoria esboçada em Harris (1942, 1957) e procura solucionar alguns dos problemas que haviam surgido. O tratamento proposto por Hockett é também em termos de morfemas e seus arranjos. O ponto principal de Hockett é a revisão da relação entre morfemas e seus morfes. Se para Harris a relação existente é a de membro de classe (a *group of one or more alternants...* (p. 110)), Hockett, por sua vez, não exige que a cada ocorrência de um morfema corresponda uma ocorrência de um morfe. Conforme escreve Hockett:

After the alteration [da relação entre morfe e morfema], the number of morphs in an utterance and the number of morphemes therein may not be identical... (p. 235)

Portanto, a segmentação pode nos dar um número de morfes que seja diferente do número de morfemas, o que vem a ser uma nova possibilidade na teoria morfológica (cf. conceitos de *morfe vazio* e *morfe portanteau*, abaixo). Para Hockett a relação entre morfes e morfemas é uma relação de representação: uma sequência de morfemas é representada por uma sequência de morfes. O morfe, por sua vez, é composto de fonemas (e não o morfema).

Com relação ao agrupamento, Hockett reformula o critério distribucional na definição do morfema: em vez de distribuição complementar, que elimina a possibilidade de variação livre, Hockett introduz o que ele chama de *distribuição não-contrastiva*. Isto viola a suposição que alguns lingüistas fazem de que uma diferença de forma implica numa diferença de significado (cf., p. ex.,

Bloch (1947, 1957), para quem não há variação livre genuína).

Hockett introduz, em seu trabalho, dois novos tipos de morfemes: *morfe vazio* e *morfe portmanteau*. Um *morfe vazio* tem uma forma mas não tem um significado, sendo, portanto, o inverso do *morfe zero*, que tem um significado mas não tem uma forma. Um *morfe vazio* não pertence a nenhum morfema. Um *morfe portmanteau*, por outro lado, é aquele que acumula dois ou mais morfemas. O exemplo clássico vem do francês, onde /o/ = //a + le//.

Outra proposta que Hockett faz é a de enfraquecer a exigência de extensão que se encontra no texto de Harris. Hockett escreve:

...a morpheme obtained by grouping several morphs together shall have a range identical with (or paralleling) that of some other morpheme [i.e., a sua extensão não pode ser única], but no longer requires that the second morpheme shall consist of a single morph. The tactical advantage ... is that we thereby avoid the need to list separately the ranges of individual morphemes; we prefer to handle them in terms of classes having identical or closely parallel ranges. (p. 234)

Os morfemes são, então, agrupados num mesmo morfema de acordo com critérios semânticos e distribucionais (morfemes com um significado comum, distribuição não-contrastiva e que não seja única). O morfema de Bloomfield e o morfema de Hockett podem ser contrastados assim:

Bloomfield:	forma única	-	significado constante
Hockett:	significado único	-	formas variadas

Embora numa orientação em termos de Item e Arranjo, o artigo de Hockett abre uma possibilidade que se assemelha a Item e Processo em sua análise da forma men 'homens'. Deixando de lado a possibilidade de tratar men como um caso de portmanteau Hockett escreve:

One morph in men is man. The other is the alternation a ~ e. (p. 240)

Bloch (1947, 1957: 243-54) se propõe apresentar, sem nenhum apelo a processos, uma análise das formas verbais flexionadas do inglês como uma combinação de morfemas numa ordem particular. Bloch não permite morfemas zero (embora permita alomorfes zero). Para Bloch a segmentação nos dá alternantes de morfemas. O critério para a segmentação é puramente distribucional. É também distribucional o critério para o agrupamento (considere-se, e. g., as su-

posições 5 e 2, p. 245). A alternância morfofonêmica, por outro lado, é tratada a nível de dicionário (cf. com a lista que Bloch fornece para as bases verbais irregulares).

Entre as suposições feitas por Bloch está aquela que diz que toda forma flexionada consiste de uma base e um sufixo flexional. Outra é a que permite zero como uma alternante possível de um morfema. Como consequência disto, em casos como take vs took não são as diferenças manifestas entre as duas formas que carregam a diferença de significado, e sim a diferença encoberta envolvendo a presença vs ausência de um alomorfe zero do morfema do Passado.

Nida (1948, 1957: 255-71) reage contra a prática de linguistas como Hockett e Bloch. Nida se recusa a dar muita importância à distribuição por causa dos resultados indesejáveis que podem advir disto. Estes resultados indesejáveis são resumidos por Nida como

...a conspicuous tendency to make covert distinctions more important than overt ones... (p. 255)

O critério básico, no modelo de Nida, para o agrupamento de alternantes de morfemas é a *identidade semântica*, sendo que as outras condições (forma idêntica, diferenças de forma fonologicamente definíveis, formas em distribuição complementar, ambientes taticamente diferentes) se tornam cada vez menos importantes.

Pelo que pôde ser visto até aqui, restou muito pouco do modelo de 1933 nesta primeira vertente da morfologia estrutural americana, que poderíamos chamar, com alguma reserva, de vertente do Item e Arranjo. Mas há ainda uma segunda vertente, que podemos chamar de vertente do Item e Processo. Esta segunda vertente é bastante importante, especialmente por ter sido retomada pela escola gerativista.

4. A segunda vertente

Em 1961 Hockett traz de volta à prática da análise morfológica uma outra variável interveniente entre o morfema e o fonema, variável esta que já havia sido utilizada anteriormente (cf. Bloomfield (1939) e Swadesh & Voegelin (1939, 1957: 88-92)).

Hockett aponta que, entre os morfemas e os fonemas, pode ocorrer o *morfofonema*. Numa descrição que se utiliza de morfofonemas, um morfema é *composto* de morfofonemas. Os morfofonemas, por sua vez, são *representados* por fonemas. O morfofonema é, usualmente,

relacionado a análises em termos de Item e Processo, muito embora seja possível tanto os morfofonemas quanto os morfemes em análises em termos de Item e Arranjo ou Item e Processo. Em Harris (1951), por exemplo, encontramos morfemes e morfofonemas numa análise em termos de Item e Arranjo. Em casos como knife - knives Harris estabelece duas alternantes de morfema, /nayf/ e /nayv/. Mas para agrupar as duas alternantes Harris escreve:

We group together into one morphophoneme the phonemes which replace each other in corresponding parts of the various members of a morpheme. (p. 224)

Assim, as duas alternantes são agrupadas em /nayF/ e, segundo Harris

The translation from writing to speech is still unique: when we see /nayf/ before {-s} 'plural' we pronounce it /nayv/; otherwise we pronounce it /nayf/. (p. 225)

A vantagem que Harris vê nisso é a possibilidade de se generalizar este procedimento a outros morfemas que apresentam este mesmo tipo de alternância.

Item e Arranjo e Item e Processo são duas maneiras diferentes de se lidar com a alternância morfofonêmica. Ambos os modelos são discutidos em detalhe em Lounsbury (1953, 1957: 379-85) e Hockett (1954, 1957: 386-99). Conforme escreve Hockett,

...the key term in IP is 'process'...The essence of IA is to talk simply of things and the arrangements in which those things occur. (p. 386-7)

Hockett tenta mostrar que os dois modelos são, de fato, equivalentes, e que na verdade o sucesso ou o fracasso de cada um é, pelo menos em parte, regulado pelo tipo de dados que se pretende analisar. Por exemplo, não é possível se tratar as formas supletivas em termos de Item e Processo.

O modelo mais popular entre os estruturalistas foi certamente o Item e Arranjo, como pudemos ver na seção anterior. No entanto, poucos conseguiram escapar de alguma dose de processo em suas análises.

Bloomfield (1939) define a morfofonêmica como sendo a variação de elementos morfológicos em combinações diferentes. Em seu texto de 1939 encontramos formas teóricas básicas, que são uma espécie de correspondentes, ou análogos, que se estabelecem a um

determinado nível para cada elemento morfológico. A segmentação de um enunciado é um problema que simplesmente não existe: o que se segmenta é o *correspondente*. Os desvios da forma básica aparecem quando elementos são combinados com outros elementos. Uma descrição morfológica nestes termos irá estabelecer formas básicas e, posteriormente, irá dizer quais são os desvios destas formas básicas. As formas básicas se compõem de morfemas (que Bloomfield não define no texto). Estas formas básicas sofrem a ação de *statements* (na verdade, regras) e, a partir daí, chegamos às formas *as they are actually spoken*. Convém lembrar que para Bloomfield (1939) uma forma básica não precisa ser uma forma real. Em alguns casos uma determinada forma básica se justifica (?!?) simplesmente para se evitar que uma determinada regra se aplique (cf. § 16 do texto de Bloomfield).

Swadesh & Voegelin (1939, 1957) acabam inventando aquilo que Hockett chama mais tarde de *sistema pseudo fonêmico*. Na verdade isto não é nada mais, nada menos, que um sistema de morfemas. Por exemplo, a solução que Swadesh & Voegelin apresentam para a alternância em leaf - leaves se assemelha muito àquela apresentada por Harris (1951) para knife - knives.

Estes dois artigos de 1939 têm algo em comum: ambos se afastam da suposição de que os morfemas se constituem de fonemas.

5. A vertente do traço comum

Há ainda uma terceira vertente da escola estruturalista, que é a vertente do traço comum. Esta vertente teve muito menos divulgação do que as duas anteriores, sendo até desconhecida muitos.

Lounsbury (1953, 1957: 379-85) deixou bem clara a diferença entre as abordagens em termos de morfes e morfemas no que se refere à segmentação. A segunda descarta o problema quando postula um *correspondente*. Em sua análise dos verbos em Oneida, Lounsbury opta pela abordagem em termos de morfes. Conforme escreve Lounsbury,

*This allows us to deal always with actual phonemic forms,
and it permits more realistic localizations of meaning.*
(p. 382)

Com relação ao agrupamento, os critérios de Lounsbury são fonológicos e semânticos. Um morfema é

...a class of phonemically different minimal meaningful segments, or morphs, which are in complementary distribution and have the same meaning (or the same range of different meanings sharing a common feature. (p. 382)

É interessante notar aqui dois pontos:

1. Conforme Lounsbury aponta, tanto na abordagem que se utiliza de morfofonemas quanto na que se utiliza de morfemes, o morfema não passa de uma criação. Na primeira delas o morfema é simplesmente construído; na segunda delas o morfema é uma classe de alomorfes.
2. Lounsbury permite variação em torno de uma traço de significado que seja comum a todos os alomorfes. O significado de um morfema pode ser, portanto, o significado comum a todos os seus alomorfes.

É exatamente na perspectiva do traço comum que Wells & Keyser (1961) desenvolvem seu trabalho. O procedimento é basicamente o seguinte: coletar um conjunto de seqüências de fonemas que compartilhem de um fonema em particular (ou de uma seqüência de fonemas em particular); encontrar o significado destas seqüências; tentar encontrar um traço semântico comum a estas seqüências. Este traço semântico comum é atribuído ao fonema (ou à seqüência de fonemas) que seja comum ao corpus. Nesta abordagem, formas diferentes não implicam em significados diferentes (o que é uma posição completamente oposta à posição distribucionalista). Uma seqüência fonêmica determinada pode, por outro lado, ter mais de um significado. Considere-se, por exemplo, a seqüência /fl/ em inglês, que ocorre em flag e flee, ambos como verbos. Esta seqüência recebe o significado de 'moção rápida, movimento violento', que recorreria em fling, flog, flit, flop, e outros, mas não em flour, floral, flue, etc. No caso de flag e flee acima o critério para se agrupar os vários fl- como membros do mesmo morfema //fl// é fonético. No que me consta, a perspectiva do traço comum não foi desenvolvida.³

6. A rejeição dos modelos estruturalistas

Hockett (1961) nos faz algumas considerações importantes em relação ao desenvolvimento da morfologia descritiva. Em primeiro lugar Hockett nos mostra que as variáveis intervenientes (morfofonemas ou morfemes) são apenas conveniências descritivas. Hockett elimina ainda a relação de representação entre elementos (X é representado por Y) e limita a relação de composição (X é composto de Y) a elementos de um mesmo *stratum*. Com isto a conexão entre

morfemas e fonemas vai depender de:

1. Um critério adicional para a separação e identificação de morfemas.
2. Uma relação P (que pode ser traduzida por "programa-se em") que vai dos morfemas aos fonemas.

Para Hockett o critério adicional em (1) é semântico. Em (2) a relação P é aquilo que Hockett chama de morfofonêmica. A relação P não pode ser tomada nem como representação, nem como composição, e nem como ambas ao mesmo tempo. A relação P simplesmente programa morfemas em fonemas, podendo se utilizar para isso de morfes, morfofonemas, ou ambos. Mas é bom que se diga que a relação P não faz parte nem da morfologia, nem da fonologia. Conforme escreve Hockett,

The grammar of a language involves morphemes, but not phonemes and not the relation of morphemes to phonemes. The differences are also of no phonological relevance; the phonology of a language involves phonemes, but not their relation to morphemes. But the precise detailed nature of the relation P for any language is also part of the whole design of the language. (p. 36)

Neste artigo de Hockett o morfema é visto como uma unidade semântica, e a alternância morfofonêmica é tratada através da relação P. Na verdade o que Hockett faz é rejeitar, como irreal, uma grande parte do modelo de Item e Arranjo desenvolvido anteriormente. Há ainda uma outra abordagem, além da de Hockett, nesta mesma linha, representada pelos *strata* lexêmico, morfêmico e fonêmico da gramática estratificada de Sidney Lamb. Lamb também não aceita uma relação de composição entre morfemas e fonemas. Entre estes dois níveis Lamb postula um terceiro nível. O leitor interessado poderá consultar os trabalhos de Lamb, principalmente Lamb (1966).

Koutsoudas (1963) rejeita uma abordagem em que a morfologia apareça como um nível independente. Koutsoudas define o morfema como sendo

...that unit of grammar the arrangement of which is specified by the syntax and the resulting sequences of which are used to predict the physical form of utterances. (p. 169)

obliterando assim a distinção (ou fronteiras) entre a sintaxe e a morfologia. Convém notar aqui que já não existe mais a possibilidade de se segmentar os enunciados em morfes. Os enunciados serão derivados depois que os morfemas já estiverem presentes. Conforme

escreve Koutsoudas

...morphemes as now defined are by-product of syntactic analysis. (p. 169)

O morfema, assim caracterizado, tem duas funções: ele vai constituir o léxico de uma língua, e será arranjado em termos de sequências de fonemas pela fonologia da língua.

É evidente que o modelo de gramática que Koutsoudas tem em mente é o modelo transformacional. Neste modelo não existe um nível separado para a morfologia. Os morfemas são listados no léxico e sua modificação se faz através de regras fonológicas. Em relação ao modelo transformacional não há nada que possamos dizer quanto à segmentação e ao agrupamento, já que não se vai da transcrição fonêmica à identificação dos morfemas. Por outro lado, a alternância pode ser discutida. No modelo transformacional o importante é a regra. O que muda, para se adaptar a uma regra, é a forma subjacente. Ou seja, uma forma subjacente é *motivada*, na maioria das vezes, por sua suscetibilidade a uma regra. Assim, o foco está nas regras. São elas que, muitas vezes, justificam as formas, enquanto que na abordagem estruturalista o foco está nas formas, que são sugeridas pelos dados.⁴

O texto de Koutsoudas é uma espécie de marco terminal da morfologia estrutural. Há muito a ser discutido, na perspectiva gerativista, quanto aos problemas tratados a nível morfológico pela lingüística estrutural. Contudo, isto já seria assunto para outro texto.

NOTAS

1. Alguns dos textos aos quais me refiro neste trabalho aparecem com duas datas. Nestes casos, a primeira se refere ao ano em que o trabalho foi publicado pela primeira vez, e a segunda se refere a uma reedição do mesmo, da qual estou me utilizando.
2. As barras duplas são utilizadas aqui para se transcrever morfemas.
3. Haj Ross, quando de sua vinda a Belo Horizonte, me sugeriu que a perspectiva do traço comum poderia ser usada com proveito em análises de poemas. Fica aí a sugestão.
4. Compare-se este tipo de prática com a prática de Bloomfield em seu artigo de 1939, § 16.

REFERÊNCIAS

- BLOOMFIELD, L. (1926, 1957). A set of postulates for the science of language. In: JOOS (1957), p. 26-31.
- _____. (1933). Language. New York, Holt.
- _____. (1939). Menomini Morphophonemics. In: Travaux du Cercle Linguistique de Prague. (8): 105-15.
- BLOCH, B. (1947, 1957). English verb inflection. In: JOOS(1957), p. 243-54.
- HARRIS, Z. (1942, 1957). Morpheme alternants in linguistics analysis. In: JOOS (1957), p. 109-15.
- _____. (1951). Methods in Structural Linguistics. Chicago. The University of Chicago Press.
- HOCKETT, C. (1947, 1957). Problems of morphemic analysis. In: JOOS (1957), p. 229-42.
- _____. (1954, 1957). Two models of grammatical description. In: JOOS (1957), p. 386-99.
- _____. (1961). Linguistic elements and their relations. In: Language. (37): 29-53.
- JOOS, M. ed. (1957). Readings in Linguistics. Chicago, The University of Chicago Press.
- KOUTSOUDAS, A. (1963). The morpheme reconsidered. In: IJAL(29): 160-70.
- LANB, S. (1966). Outline of Stratificational Grammar. Washington, D.C., Georgetown University Press.
- LOUNSBURY, F. (1953, 1957). Oneida Verb Morphology. Reimpresso, da p. 11 a 24, em JOOS (1957), p. 379-85.
- NIDA, E. (1948, 1957). The identification of morphemes. In: JOOS (1957), p. 255-71.
- SWADESH, M. & C.F. VOEGELIN (1939, 1957). A problem in phonological alternation. In: JOOS (1957), p. 83-92.
- WELL, R. & S. KEYSER (1961). The common feature method. Technical report number 22, Interaction Laboratory, Yale University.